

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI N. 4.098, DE 2 DE SETEMBRO DE 1957

Dá nova redação ao art. 1.º da Lei n. 3.987, de 30 de julho de 1957.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Ruy de Almeida Barbosa, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a ter a seguinte redação o artigo 1.º da Lei n. 3.987, de 30 de julho de 1957:

"Artigo 1.º — Para efeito do que dispõe o art. 1.º da Lei n. 438, de 9 de setembro de 1949, é considerada de direção a função exercida por professores primários efetivos afastados, nos termos do art. 41 do Decreto-lei n. 12.273, de 28 de outubro de 1941, para prestar serviços junto a Delegacias de Ensino e ao Departamento de Educação".

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de setembro de 1957.

(a) Ruy de Almeida Barbosa, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de setembro de 1957.
(a) Jean Passos, Diretor-Geral, Substituto

— / / / —

109.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1957.

PRESIDÊNCIA dos Srs.: *Ruy de Almeida Barbosa, Carlos Kherlakian, Francisco Franco, Márcio Pôrto, e Ruy de Almeida Barbosa.*

SECRETARIOS, Srs.: *Carlos Kherlakian e Márcio Pôrto.*

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declara aberta a sessão.

As 14,30 horas, abre-se a sessão com a presença dos seguintes srs. deputados: Angelo Zanini — Condeixa Filho — Osvaldo Santos Ferreira — Farabulini Júnior — Pinheiro Júnior — Armínio Vasconcelos Leite — Athié Jorge Coury — Benedito Rocha — Carlos Kherlakian — Arruda Castanho — Cid Franco — Derville Allegretti — Araripe Serpa — Francisco Franco — Scalamandrê Sobrinho — José Luiz Cembranelli — Guilherme Gomes — Hilário Torloni — Paulo Teixeira de Camargo — Mendonça Falcão — João Hornos Filho — Diogo Bastos — Rocha Mendes Filho — Juvenal Rodrigues de Moraes — Lauro Pozzi — Antônio Vieira Sobrinho — Márcio Pôrto — Asdrubal da Cunha — Antônio Carvalho Neto — Osvaldo Junqueira — Ralph Zumbano e Ruy de Almeida Barbosa, e ausência dos seguintes srs. deputados: Nunes Ferreira — Narciso Pieroni — Franco Montoro — Anísio Moreira — Antônio Mastrocola — Amaral Furlan — Semi Jorge Resegue — Padre Calasans — Bento Dias Gonzaga — Camilo Ashcar — José Pizzarro — Cássio Ciampolini — Anacleto Barbosa — Dante Perri — Domingos Lot Neto — Emilio Guerra — Shisuto José Muraiama — Fioravante Zampol — Silveira Bueno — Germinal Feijó — Homero Silva — Baptista Neves — Paes de Barros Netto — Cruz Secco — Blota Júnior — Ferreira Keffer — Santilli Sobrinho — Juvenal Sayon — Amaral Lyra — Luiz Roberto Vidigal — Martinho Di Ciero — Asdrubal da Cunha — Marcondes Machado — Cunha Ferraz — Miguel Petrilli — Osny Silveira — Ornellas Barros — Fioravante Iervolino — João Sussumu Hirata — Ubirajara Keutenedjian — Durval Nicolau — Gomes dos Reis — Victor Maida e Hozair Motta Marcondes.

No decorrer da sessão compareceram mais os seguintes srs. deputados: Nunes Ferreira — Narciso Pieroni — Franco Montoro — Amaral Furlan — Bento Dias Gonzaga — Camilo Ashcar — Cassio Ciampolini — Anacleto R. Barbosa — Dante Perri — Domingos Lot Neto — Shisuto Muraiama — Fioravante Zampol — Germinal Feijó — Homero Silva — Baptista Neves — Paes de Barros Netto — Cruz Secco — Blota Júnior — Ferreira Keffer — Santilli Sobrinho — Juvenal Sayon — Amaral Lyra — Martinho Di Ciero — Cunha Ferraz — Miguel Petrilli — Osny Silveira — Fioravante Iervolino — João Sussumu Hirata — Durval Nicolau — Gomes dos Reis e Hozair Motta Marcondes.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O Sr. 1.º Secretário dá conta do seguinte:

INDICAÇÕES

Do Deputado João Hornos Filho,

N. 929, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências para breve início das obras do edifício destinado à instalação das repartições estaduais de Presidente Prudente.

Do Deputado Pinheiro Júnior
N. 930, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências para que seja efetuado o pagamento da gratificação por risco de vida e saúde, que fazem jus os servidores do Pavilhão de Tuberculosos do Hospital de Juqueri, bem como seja restabelecido os direitos decorrentes do Decreto 21.341, de 15-4-1952.

Do Deputado Hilário Torloni
N. 931, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências junto a E. F. Sorocabana, a fim de que seja em Pedro de Toledo o final da linha que partirá desta Capital à município do litoral sul.

N. 932, de 1957 — Indicando ao Executivo, através da Secretaria da Saúde, sejam lotadas Parteiros em Posto de Assistência Médico-Sanitária, dos municípios mais pobres, como por exemplo, aqueles do Litoral e Sul do Estado.

N. 933, de 1957 — Indicando ao Executivo, a necessidade de ser incluído no orçamento para 1958, dotação suficiente destinada à Universidade de São Paulo, a fim de que o Laboratório de Enzimologia da Faculdade de Medicina possa adquirir, além de outros equipamentos essenciais, um "espectrofotômetro registrador".

Do Deputado Narciso Pieroni
N. 934, de 1957 — Indicando ao Executivo, por intermédio da Secretaria da Educação, seja estudada a possibilidade de concessão de um "pró-labore" mensal aos diretores de estabelecimentos oficiais de ensino secundário que respondam pelo expediente da Inspeção Federal, por força de convênio efetuado entre o Estado e a União.
Do Deputado Scalamandrê Sobrinho

N. 935, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências para o reinício da colocação de canos para completar a rede de abastecimento de água do bairro de Freguesia do O.

Do Deputado Amaral Furlan
N. 936, de 1957 — Indicando ao Executivo a necessidade de ser designado um fiscal de pesca e caça para a cidade de Presidente Vargas, em Santa Fé do Sul.

N. 937, de 1957 — Indicando ao Executivo, a inclusão na próxima Lei de Auxílios, da Congregação Mariana de Monte Castelo, a fim de possibilitar a mesma, o término da construção da matriz da cidade.

N. 938, de 1957 — Indicando ao Executivo, seja incluído no plano de obras da Secretaria da Educação, do corrente ano, a construção do muro de fecho do prédio onde funciona o Grupo Escolar "Antonio Luciano da Fonseca" da cidade de Torrinhã, assim como dotá-lo de mobiliário adequado.

N. 939, de 1957 — Indicando ao Executivo, a necessidade de ser concedido auxílio financeiro à União Agrícola Barbarensense F. C., com sede em Santa Bárbara D'Oeste, a fim de que a mesma possa reconstruir as instalações de sua praça de esportes, destruída por temporal em dezembro último.

N. 940, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências para a conclusão da rodovia oficial Santa Cruz das Palmeiras — São Simão e reinício das obras do trecho Tambaú — Santa Cruz das Palmeiras.

N. 941, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências para a concessão de um auxílio destinado a pagar a reforma do gerador de energia elétrica do distrito de Dolcinópolis, do município de Jales, no valor de Cr\$ 60.000,00.

Do Deputado João Hornos Filho
N. 942, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências para o asfaltamento do trecho de estrada entre Presidente Prudente e Presidente Epitácio.

Do Deputado Athié Jorge Coury
N. 943, de 1957 — Indicando ao Executivo, providências junto à Secretaria da Segurança, a fim de que sejam fornecidas relações, com nome, idade e estado civil, de todos os que perderam a vida em ação, pertencentes à Guarda Civil, Força Pública, Corpo de Bombeiros e de quaisquer outras dependências da Polícia de S. Paulo.

Do Deputado Scalamandrê Sobrinho
N. 944, de 1957 — Indicando ao Executivo providências para que seja posto em funcionamento o Dispensário de Tuberculose da Freguesia do O, sendo recolhido o aparelho de Raios X pertencente àquele Dispensário.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N. 706, DE 1957

Requeiro, obedecidas as exigências regimentais, se solicitem ao Poder Executivo as seguintes informações:

1 — Quais as condições atuais da Estrada de Rodagem que liga São José do Rio Preto a Presidente Prudente?
2 — Por que ainda não está ela terminada até o presente?

JUSTIFICATIVA

As duas cidades São José do Rio Preto e Presidente Prudente, que se ligam pela estrada referida, muito lucrarão como toda a zona e o Estado, com o término de suas obras.

Ao requerer as informações supra estou procurando saber, de maneira positiva, as reais condições técnicas do trecho de estrada referido e as razões da paralisação de suas obras, com a intenção de obter os elementos necessários para empreender todo o esforço no sentido de se concretizarem os justos anseios de ponderável região do Estado.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1957.

(a) João Hornos Filho

REQUERIMENTO N. 707, DE 1957

Considerando o alto interesse econômico e estratégico da rodovia que, de São Vicente, demanda o Paraná, ao longo do litoral-sul do nosso Estado;

Considerando que as obras, há longo tempo iniciadas, não têm tido prosseguimento;

Considerando que tal descontinuidade de trabalhos tem ocasionado prejuízos de grande monta, principalmente pela semi-destruição de aterros, carregados pelas águas;

Considerando que tal estrada constitui importantíssimo marco na valorização de toda uma vasta e riquíssima zona de nosso litoral;

Requeiro à douta Mesa sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1 — Qual o traçado exato da estrada litorânea São Vicente — Paraná?

2 — Como se explica a morosidade e, mesmo, paralisação dos trabalhos dessa importantíssima rodovia?

3 — É certo que o traçado tem sofrido várias altera-

ções ao sabor de interesse de proprietários de terras localizadas ao longo da estrada?

4 — Quais as providências determinadas pelo Executivo para o rápido prosseguimento das obras?

5 — Para quando está prevista sua conclusão?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1957.

(a) — Hilário Torloni

REQUERIMENTO N. 708, DE 1957

Considerando que o Diário Oficial de 10 de agosto último publica o Decreto n. 29.313, de 9 de agosto de 1957, que revoga o disposto no artigo 110, digo, 119, do Decreto n. 7.066, de 6-4-1935, (Regulamento da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"), o qual exigia, para o cargo de bibliotecário, que os candidatos fossem portadores de diploma de agrônomo ou de engenheiro-agrônomo;

Considerando que o mesmo número do Diário Oficial publica, à página 6, a nomeação, para esse cargo, de funcionária que não possui aquele diploma;

Considerando que, pela legislação vigente, qualquer alteração dos estatutos dos institutos de ensino superior só poderá ser feita pelo governo quando solicitada pelo Conselho Universitário, em atendimento a igual solicitação feita pelo Conselho Técnico Administrativo da escola interessada;

Requeiro à Douta Mesa sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1 — Obedeceu a revogação do artigo 119 do Regulamento da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" a solicitação do Conselho Universitário, ouvido previamente o Conselho Técnico-Administrativo daquela Escola?

2 — Como explica o Poder Executivo a violação do Decreto Federal n. 29, de 3 de setembro de 1934, que disciplina a matéria?

3 — Quais as providências que determinou para sanar tal ilegalidade?

4 — Recebeu o Poder Executivo protesto unânime da Congregação da Escola Superior "Luiz de Queiroz"? Quais os seus termos? Qual a resposta?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1957.

(a) — Hilário Torloni

REQUERIMENTO N. 709 DE 1957

Considerando que incumbe ao Estado zelar pela segurança interna;

Considerando que, para a realização de tal fim, dispõe o Estado de um organismo policial, ao qual são atribuídas dotações orçamentárias;

Considerando que, apesar disso, vem o Estado onerando os Municípios, ao exigir deles contribuições financeiras para a manutenção da polícia estadual;

Considerando que tal situação, além de constituir evidente burla constitucional e legal, vem contribuindo ponderavelmente para o maior depauperamento das finanças municipais, já desangradas pela União e pelo Estado;

Considerando que, desta forma, pagam os contribuintes duas vezes para a manutenção da polícia, ou seja, primeiro com os impostos estaduais (destinados às despesas gerais do Estado, entre as quais se incluem as da polícia), e, depois, com os impostos municipais, parte dos quais é desviada para a aquisição de viaturas, pagamento de alugueis de delegacias, etc., que são despesas próprias do Estado;

Considerando, finalmente, que tal contribuição do Município vem resultando, na prática, a uma diminuição da autoridade do Estado sobre seus serviços policiais, que são mantidos em parte pelas comunas;

Requeiro à douta Mesa sejam solicitadas do Poder Executivo as seguintes informações:

1 — Como se explica estar o Estado transferindo aos Municípios parte de suas responsabilidades na manutenção dos serviços policiais, obrigando-os, se quiserem receber tais serviços, a pagar alugueis dos próprios onde estão instalados as delegacias, a fornecer viatura, combustíveis, e até motorista?

2 — Quais os Municípios onde ocorre tal situação? Especificar em que consiste a contribuição de cada um.

3 — Quais as Delegacias do interior (especificar as respectivas classes) que funcionam em próprio do Estado?

4 — Quais as Delegacias de Polícia do interior (especificar as respectivas classes) que funcionam em prédios cujos alugueis são pagos pelo Estado?

5 — Quais as Delegacias de Polícia do interior (especificar as respectivas classes) que possuem viatura adquirida pelo Estado? Quais as que não possuem viatura alguma?

6 — Quais os fundamentos e instrumentos legais de que vem o Estado se servindo para transferir aos Municípios tais responsabilidades?

7 — Quais as providências determinadas pelo Executivo para pôr termo a situação tão irregular e ilegal?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1957.

(a) Hilário Torloni.